

GÊNERO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: narrativas de mulheres conselheiras

Autora (Sibéria Almeida do Nascimento); Co-autora (Maria Leopoldina de Lavor Delgado); Co-autora (Monalisa Soares Lopes)

(Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza, siberiaalmeida@yahoo.com) (Universidade Estadual do Ceará, dinalavor@hotmail.com) (Universidade Estadual do Ceará, monalisaslopes@gmail.com)

RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar as relações entre gênero e participação política, tendo o Conselho Municipal de Assistência Social em Maracanaú como campo de pesquisa, e suas conselheiras integrantes, como interlocutoras. O trabalho, portanto, percorre o debate acerca dos espaços políticos e a inserção das mulheres nessas esferas, bem como, levanta a discussão de instâncias políticas que possibilitam melhores condições para a inserção dessas mulheres, enquanto outras instâncias continuam a oferecer resistência para a igualdade de gênero em suas composições. Ao mesmo tempo o artigo busca salientar as condições impostas para a inclusão dessas mulheres nos referidos espaços que configuram uma zona de melhor e maior acesso, bem como, seus limites de inclusão. Realiza um breve passeio histórico a fim de levar o(a) leitor(a) a compreender as interfaces entre tipos diversos de militâncias e atuação política e as relações de gênero historicamente construídas dialogando com os desenhos institucionais estabelecidos nas sociedades que permitiram a gênese da atuação em atividades da vida pública do fazer político para a categoria feminina. Por fim, o trabalho resgata do campo de pesquisa as trajetórias de vida e atuação política das conselheiras do Conselho de Assistência Social de Maracanaú (CMAS) e seus olhares e leituras sobre o fazer político, bem como, seus interesses ou não a outros cargos políticos interventivos. Para a realização desse artigo, recorreu-se à pesquisa bibliográfica como forma de insumos teóricos para composição do trabalho, pesquisa documental para subsídio de legislações e aporte de documentos sobre o tema e à pesquisa de campo, tomando como interlocutoras da pesquisa as mulheres conselheiras do respectivo Conselho Gestor. Cabe destacar que o presente artigo decorre de reflexões provenientes de uma monografia redigida para fins de trabalho de conclusão de curso de graduação.

Palavras-chave: Gênero; Participação Política; Conselhos de Direitos;

INTRODUÇÃO

A razão que nos levou à inquietação por compreender a motivação de algumas mulheres a adentrarem no cenário de luta política de forma participativa e atuante surgiu a partir do interesse pelo universo da representatividade política junto à comunidade, tendo como principal sujeito a mulher.

A participação das mulheres na vida pública ainda é, atualmente, bastante tímida, principalmente no que diz respeito à representatividade em cargos eletivos abrindo campo, dessa forma, para outros espaços de participação política, os Conselhos de Direitos. Estes espaços existentes em âmbito municipal, estadual e federal, consolidados a partir da Constituição Federal de 1988.

O tema a ser trabalhado, portanto, ao longo dessa pesquisa condiz com esse modo de representatividade política, mais especificamente, com a participação política de mulheres no Conselho Gestor de Assistência Social em Maracanaú (CMAS). Objetivando compreender as motivações das interlocutoras para esse tipo de atividade política, os percalços por elas enfrentados e as relações de gênero presentes em suas atuações e espaços de intervenção. Partimos das narrativas das mulheres sobre suas trajetórias de inserção no espaço público dedicado à atuação política, formulações de propostas, intervenção social, fiscalização de políticas públicas e serviços, entre outras atribuições.

Através dessa pesquisa, levantamos categorias como “gênero e participação política”, pretendendo compreender a mulher enquanto sujeito autônomo e protagonista principal de sua trajetória político-social abordando questões de discriminação e exclusão social por consequência das relações históricas de gênero, mas também de resistência e militância.

Entre as perspectivas metodológicas, o objeto desta pesquisa foi abordado de modo qualitativo que, segundo Minayo (2012), implica em apropriar-se do universo dos significados, visto que, a esses não há condições para quantificação. Utilizamos a pesquisa bibliográfica a fim de extrair o máximo de informações e insumos de diferentes autores que já se debruçaram pelo tema e categorias aqui trabalhadas.

A pesquisa documental se tornou imprescindível à realização da investigação. Elencamos, portanto, um aporte documental que resgata o histórico de lutas e conquistas de direitos políticos, civis e sociais para as mulheres como forma de trilhar uma trajetória até o presente contexto social e político ao qual nos encontramos. Para elucidar o(a) leitor(a) sobre questões pertinentes ao tema nos apropriamos de documentos tais como: as normativas institucionais e legislações que constituem parte da composição do arcabouço teórico e normativo da pesquisa, tais como, o regimento interno do Conselho Municipal de Assistência Social de Maracanaú (CMAS), legislações criadas a partir dos embates da luta feminista organizada, programas sociais pensados para mulheres, entre outros.

Por fim, e não menos importante, recorreremos à pesquisa de campo. Apropriando-nos da técnica da entrevista semiestruturada, que segundo Simone (2004), dá liberdade ao entrevistado de desenvolver suas ideias. O perfil das mulheres as quais foram entrevistadas configura representantes da Sociedade Civil e do Estado inseridas no Conselho Gestor de assistência social, campo de pesquisa explorado. As entrevistas se concretizaram com 4 (quatro) interlocutoras: 1 (uma) representante dos trabalhadores do SUAS; 2 (duas) representantes governamentais; e 1 (uma) usuária da

política. Para garantir o anonimato, as entrevistadas receberão nomes de Marias variando apenas seus sobrenomes, também fictícios. As perguntas a elas dirigidas giravam em volta da questão de traduzir a partir dos olhares dessas mulheres os sentidos de suas trajetórias nas esferas políticas de participação e buscar compreender a relação que fazem entre os espaços políticos em que atuam e os de ordem executiva e legislativa do município.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Seria ingênuo pensar que somente a partir do surgimento do capitalismo é que se faz real a opressão social às mulheres. Como sugere Rubin (1993), em sociedades pré-capitalistas que não se utilizam do sistema capitalista como forma político-econômica também havia ideias de opressão à mulher segregando os sexos em diferentes patamares social,

As mulheres são oprimidas em sociedades que, por maior que seja o esforço de imaginação, não podem ser descritas como capitalistas [...]. E a Europa pré-capitalista e feudal dificilmente pode ser considerada uma sociedade onde não existia o sexismo. O capitalismo apenas se apropriou e reciclou noções de masculino e feminino que o antecedem por séculos. (RUBIN, p. 4)

No decorrer da contemporaneidade, portanto, uma discussão foi levantada e problematizada por várias feministas que buscavam compreender a gênese das determinações sociais de homens e mulheres. Tais pensadoras, já não interpretavam esses sujeitos no âmbito somente de seus sexos biológicos, mas numa construção social que representava, simultaneamente, causa e consequência da distinção de seus papéis sociais. O novo tema trabalhado, portanto, girava em torno do “gênero”, que passava cada vez mais a assumir uma conotação de especificidade do segmento feminista.

No seu uso mais recente, o “gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades. (SCOTT, 1989, p. 3)

Dentro dessa lógica, feministas iniciaram uma defesa de concepção afirmando que as diferenciações dos papéis sociais do homem e da mulher não estão determinados fundamentalmente na força física do homem ou, exclusivamente, nas questões doutrinárias da religião que vê a sexualidade como algo pejorativo e à mulher como ameaçadora de evidenciá-la. Na verdade, todas essas práticas seriam frutos dessa construção social e a diferenciação entre homens e mulheres, portanto, passa a ter um significado muito maior que a mera divisão sexual.

Todos os espaços de aprendizado, os processos de socialização vão reforçar os preconceitos e estereótipos dos gêneros como próprios de uma suposta natureza (feminina e masculina), apoiando-se sobretudo na determinação biológica. A diferença biológica vai se transformar em desigualdade social e tomar uma aparência de naturalidade. [...] O “quem somos” vai se constituindo através das relações com os outros, com o mundo dado, objetivo. Cada indivíduo encarna as relações sociais, configurando uma identidade pessoal, uma história de vida e um projeto de vida. Neste processo, o fato de se pertencer a um gênero ou outro, ser menino ou menina também conformam as referências iniciais no mundo. (CARLOTO, 2001, p. 203-204)

Essas contradições sobre diferenças de gênero e suas nuances construídas ao longo dos séculos abriu espaços para a introdução de mulheres à esfera do mundo público, tanto da política quanto do trabalho, através de caminhos que ofereciam maior flexibilidade e aceitação para a participação das mulheres de uma forma bem particular e estigmatizada. A política de assistência, em seus primórdios, reconhecida como assistencialista, representa bem essa realidade:

É por meio desta construção social que são produzidas e reproduzidas as subjetividades femininas, como “um ser que nasceu para os outros”, que carrega em si a fragilidade, a intuição, a abnegação, a docilidade, a sensibilidade, o cuidado e, por isso, tem uma “vocação” para as profissões ditas femininas, porque exigem tais características. E o serviço social surge exigindo este perfil de “uma mãe social” – a cuidadora do povo, preocupada com os pobres, doentes, idosos, crianças. (MESQUITA e MONTEIRO, 2015, p. 116)

Ainda em sua gênese as práticas assistencialistas assumiram um caráter de caridade para com os pobres, e diante da construção social historicamente fomentada em torno da figura feminina, sensato se fazia pensar que para execução dessas práticas, a mulher representava o melhor sujeito para tal, “a assistência era encarada como forma de controlar a pobreza e de ratificar a sujeição daqueles que não detinham posses ou bem materiais” (MARTINELLI, 2010, p. 97).

Conforme BARROCO (2010) a profissão em sua gênese é configurada por um padrão único de profissionais, mulheres, as quais deviam seguir um estereótipo baseado numa concepção moral que permeava a sociedade de base religiosa calcada nos ensinamentos da Igreja Católica. Apesar de inúmeros avanços na profissão, em sua totalidade, a construção de estereótipos presentes nas relações de gênero sobrevive a essas transformações,

As mulheres ainda são responsabilizadas pela Assistência, seja por se constituírem, majoritariamente, como o seu público usuário, seja por atuarem prestando serviços à população. Vale salientar que como profissionais, elas também estão, em geral, ocupando espaços socialmente percebidos como femininos e, portanto, vistos pela sociedade mais ampla como secundários, já que ainda não superaram a histórica desigualdade em termos de exploração e dominação que sofrem. (RUSSO, CISNE e BRETTAS, 2008, p. 149)

De acordo com as autoras, apesar de tantas conquistas e transformações em relação às políticas públicas, mais especificamente à assistência social, as mulheres ainda configuram, sob uma ótica profissional, sujeitos atuantes de profissões secundárias, ou seja, profissões em que há uma notoriedade massiva da presença feminina e, por conta disso, subtendidas socialmente como profissões de menor valor, de menor necessidade e especialidade já que popularmente o que é evidenciado na atuação profissional é o trato do cuidado e do servir, perpetuando dessa forma o ciclo que estigmatiza a mulher nessa condição dentro das históricas relações de gênero.

A partir da Constituição de 1988 o cenário brasileiro se voltou para a garantia dos direitos políticos, civis e sociais, além de legislar para novos segmentos da sociedade civil que cresce enquanto movimento organizado e adentra a esse cenário reivindicando visibilidade, acessibilidade, representatividade e uma gama de direitos, até então negados.

Os Conselhos são instâncias de discussão e deliberação de políticas públicas, amparadas por legislação nacional e que apresentam um desenho institucional estruturado e sistêmico, podendo atuar nas três esferas governamentais (município, estado e união). Suas atribuições são legalmente determinadas e incidem na formulação, implementação e fiscalização das políticas na respectiva esfera governamental onde atuam. (LUCHMANN e ALMEIDA, 2010, p. 4)

É, justamente, nesses espaços públicos político-organizativos que as mulheres das mais variadas classes sociais conseguiram adentrar (e vêm adentrando) com bastante notoriedade ganhando vez e voz para intervirem na sociedade através de uma ação política legítima, interventiva e autônoma, ainda que em outros espaços políticos haja uma ausência excessiva da representatividade feminina, esta realidade contrasta com a realidade encontrada nos Conselhos Gestores.

Os diagnósticos produzidos recentemente sobre o perfil da representação nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas evidenciam que, nestas instâncias, há uma significativa presença feminina quando comparadas às instituições tradicionais de representação política, como os Poderes Executivo e Legislativo (LUCHMANN e ALMEIDA, 2010, p. 88)

Tal cenário se observa, sobretudo, quando se trata de Conselhos Gestores em âmbito municipal onde a presença das mulheres torna-se, por vezes, superior a presença de homens conselheiros. Diversas pesquisas apontam para essa volumosa presença de mulheres nos Conselhos Gestores municipais. Um dado relevante para se problematizar, além da divergência entre a grande presença de mulheres nesses espaços deliberativos e a ausência destas nos espaços de cargo político eletivos, é também, a representatividade masculina nos Conselhos Gestores que cresce de forma diretamente proporcional ao nível de esfera governamental.

A exemplo disso, temos o próprio Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) que nasceu em 1993 pela Lei Federal 8.742 configurando a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Dados de 2012 do IPEA demonstram que no Conselho Nacional de Assistência Social há uma predominância de 63% de participação do sexo masculino, enquanto que em instâncias menores há maioritariamente, a preeminência do sexo feminino em termos percentuais. Além disso a proeminência do sexo feminino não configura uma realidade para todos os conselhos gestores, ou seja, a inserção das mulheres possui relação direta ao tipo de associativismo civil,

Aqui, sugerimos que faz diferença o perfil associativo das mulheres, na medida em que encontramos correlações positivas entre a inclusão política em conselhos e o tipo de capital social, ou de associativismo, que é mobilizado e nutrido por homens e mulheres. Estudos indicam que, embora seja cada vez mais frequente a participação feminina em sindicatos e associações econômicas e políticas, permanece ainda muito forte o vínculo com organizações sociais relacionadas com o mundo familiar, comunitário e religioso, diferente do vínculo associativo masculino, mais próximo da esfera política institucional, do mundo do trabalho e do lazer. (LUCHMANN e ALMEIDA, 2015, p.9)

A partir dessa concepção as autoras vão argumentar que nas composições das organizações voluntárias de base assistencial, em suma, suas/seus componentes são, na maioria das vezes, mulheres, logo, as integrantes dos conselhos de caráter assistencial serão compostas, de forma expressiva, por mulheres representando as organizações assistenciais da sociedade civil.

Atualmente o CMAS de Maracanaú, onde se desenvolveu a pesquisa, está desenhado da seguinte maneira: 12 (doze) mulheres ao todo compondo o Conselho e 8 (oito) homens. As conselheiras estão assim distribuídas no Conselho:

Conselho Municipal de Assistência Social em Maracanaú				
Formas de Representação	Usuárias da política de Assistência	Representantes de Entidades Governamentais	Representantes de Entidades Não Governamentais	Representantes dos trabalhadores da Assistência Social
Quant.	2	6	3	1

Fonte: Dados levantados pelas autoras em 2017

Como forma de demonstração e comparação do quantitativo de mulheres em outros Conselhos Gestores, concretizamos um breve levantamento da composição destes espaços municipais, levando em consideração Conselhos ligados à Secretaria de Assistência Social do município e Conselhos ligados a políticas que não mantêm vínculo direto com a política de Assistência Social. Obtivemos os seguintes resultados:

Composição de Conselhos municipais em Maracanau						
Vinculados à Secretaria de Assistência Social do município.	Conselho municipal de Assistência Social (CNAS)		Conselho municipal de pessoas com deficiência (CMDPD)		Conselho municipal do direito da criança e do adolescente (CMDCA)	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
	8	12	9	13	4	18
Vinculados à Secretaria de Infraestrutura do município	Conselho das Cidades (ConCidade)		Conselho de Habitação			
	HOMENS	MULHERES	HOMENS		MULHERES	
	15	11	12		12	

Fonte: Dados levantados pelas autoras em 2017

Diante do exposto, podemos inferir que nos Conselhos municipais que possuem vínculos diretos com a política de Assistência Social, a presença das mulheres ultrapassa a de homens, dado que contrasta quando os Conselhos não são vinculados à Assistência Social.

Sobre a existência de fatores internos e/ou externos que dificultaram a militância e participação na vida política, as interlocutoras relataram:

Acredito que não. Sou uma mulher solteira sem filhos não sou casada sou solteira como já falei então isso, acho que de alguma forma me dá mais liberdade para estar integralmente a esses espaços. (Maria do Rosário)

A interlocutora fez questão de enfatizar que ela não enfrentou fatores que dificultaram sua inserção e permanência no espaço do respectivo Conselho Gestor devido à condição de uma mulher solteira, sem filhos e, conseqüentemente, sem muitos entraves para participação. Sabe-se que historicamente os cuidados do lar e das crianças recaem na grande maioria das famílias brasileiras sobre a mãe, o que requer dela, tempo e dedicação causando, muitas vezes, conflitos entre ela (militante, ser político, fomentadora dos espaços públicos) com seu papel social (mãe, esposa, protagonista principal do espaço privado).

Quando indagadas sobre o interesse em participar de outras instâncias de representação políticas, tais como, cargos no legislativo e/ou executivo, um misto de elementos veio à tona nas respostas e valem a pena serem devidamente explorados.

Particularmente eu nunca tive interesse, mas eu sou filiada a um partido político e o partido sempre coloca meu nome para fazer essa disputa seja para a Câmara, ou seja, para o Executivo, mas eu tenho um certo receio né, porque é uma disputa muito desigual né, há muito desgaste, envolve muito dinheiro né, e quando tem essas questões há sempre um receio da minha parte. Exposições da pessoa, da família porque queiramos ou não queiramos há sempre os ataques pessoais né, a avaliação do candidato ocorre por conta do lado pessoal e não dos projetos políticos e pedagógicos que ele propõe a avaliação nunca é por aí, de ideias. O debate dificilmente é de ideias, geralmente leva-se para o lado pessoal e isso é uma coisa que não me agrada.

Mas tirando todas essas questões teria maior interesse em representar um determinado segmento ou até mesmo as mulheres para que a gente possa participar efetivamente da política. (Maria Eliane)

Nessa fala há uma riqueza de realidade a começar pela dissemelhança entre os referidos setores organizativos de proposição política e intervenção social. O espaço do Conselho apesar de constituir uma modalidade muito importante e relevante de pensar e intervir na realidade posta, não exige muita aparição de seus membros, mesmo que em épocas de renovação de conselheiros. Os representantes de entidade governamental são indicados pelos secretários gestores do município e os da sociedade civil se candidatam de acordo com os critérios para tal, fazem a defesa de suas candidaturas e são votados apenas pelos delegados. Já para os cargos legislativos e executivos o processo eleitoral requer uma visibilidade bem maior, há a exigência da produção de uma imagem de si, bem como, bastante investimento de dinheiro. Tais requisitos não configuram tarefa fácil para as mulheres, ainda que mulheres militantes, visto que, historicamente sofreram bem mais repressão e perseguições que os homens no tocante ao exercício do fazer político e exposição da imagem.

Cabe destacar, também, o debate crítico da inefetividade da política de cotas, uma vez que o investimento na candidatura das mulheres pelos partidos não se concretiza de forma efetiva e o percentual exigido de mulheres candidatas configura apenas o cumprimento de uma condicionalidade.

Sobre esses aspectos, outra conselheira respondeu:

Eu já fui candidata duas vezes. A primeira vez tive o apoio da minha família, não financeiro, nessa época tinha palanque né, tinha comícios ao vivo, e lá nesse palanque eu falava muito. Pra começar antes disso daí, de eu ser candidata eu me preparei politicamente, eu fiz dois seminários políticos. Eu sou a única de Maracanaú que se preparou para ser vereadora, para fazer campanha, eu fiz dois seminários fora do Estado. Aprendi muita coisa, muita coisa excelente. Quando eu cheguei com essa experiência de lá quando chegava a minha vez de falar eles já diziam assim: é só 3 minutos. Eu dizia olha gente eu não vou concordar com o que vocês estão me dizendo você estão decretando que eu fale só 3 minutos e eu estou dentro da minha comunidade e aí eu falava muito mais que três minutos. E os 597 votos de quem votou em mim diziam: - Eu votei porque eu acredito em você, você não mente, você fala olhando pra gente. Mas eu não consegui entrar. [...] até o meu emprego da SUCAM¹ que eu tinha eu perdi nessa época, porque eu batia muito de frente com ele. [prefeito da época]. Ainda tenho interesse com certeza, mas infelizmente precisa de muito dinheiro porque na minha campanha eu ia de porta em porta falar que voto não se vende, mas infelizmente hoje em dia não se consegue, mas que vontade eu tenho demais, demais até para ser prefeita porque se eu fosse prefeita e chegasse lá eu não saia de lá era nunca. (Maria do Socorro)

A última entrevistada, diferentemente da anterior, não só possui o interesse na representatividade política a partir dessas outras instâncias, como também, já se candidatou ao

¹ Superintendências de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM)

cargo de vereadora duas vezes, apesar de não ter obtido êxito quanto à eleição. Entretanto, encerra sua fala convicta de que ainda tem muito anseio de estar novamente concorrendo a cargos eleitorais, e que, o que a impede atualmente é o investimento necessário para a campanha eleitoral, uma vez que, os custos são altíssimos e o sistema eleitoral se evidencia para ela corrompido pela compra e venda de votos. Podemos destacar também em sua fala o debate da política do desvelo², quando a entrevistada ressalta o modo como seu eleitorado atribuía seus votos a ela com a ideia de que as mulheres trazem valores à política, tais como, a honestidade e sinceridade.

Quando indagadas sobre o porquê que consideram importante, ou não, a participação das mulheres nos Conselhos Gestores.

Das mulheres e dos homens eu considero importante. A participação das mulheres sei que historicamente a gente tem toda uma exclusão né, a gente sabe disso culturalmente né, mas assim no espaço de controle social eu não vejo muito essa coisa. Eu acho importante a participação da mulher e acho importante a participação do homem entendeu, no sentido que eles vão fazer a defesa ali do direito, eles vêm para fazer a defesa dos direitos né, seja dos direitos da mulher, do cidadão, dos direitos do homem, então não é uma coisa sectária entendeu? Claro que como historicamente a gente teve prejuízo a gente tem um olhar cuidadoso para a situação da mulher para participação dela, inclusive nos conselhos eu vejo muita participação da mulher, Porque né? Será que é porque ela está desocupada entre aspas E aí ela pode tá vindo, as pessoas de ONG, as usuárias. Nem sempre a realidade é essa, inclusive nós temos uma usuária ela saiu porque ela arranhou um trabalho embora informal mas é isso eu vejo a importância dos dois (Maria de Lourdes)

Interessante perceber que o dado que a entrevistada levanta sobre haver maior participação de mulheres nos Conselhos de Políticas Públicas, em parte, é verdade, porém, isso varia de acordo com a natureza da política pública e quanto à esfera governamental ao qual o Conselho de Direito está vinculado entre outros fatores, como afirmam Luchmann, Almeida e Gimenes (2016). Quanto mais a natureza da política se distancia daquela estigmatizada pela “política do cuidar” menos mulheres na composição de seu Conselho, da mesma forma, quanto maior o nível federativo de poder governamental menos mulheres compoem o respectivo Conselho.

Quando questionadas quanto à diferença entre o acesso de homens e mulheres aos espaços da política uma das entrevistadas respondeu:

² Miguel (2001) levanta o debate a cerca dos estigmas impostos às mulheres que, se dedicam à vida pública da política, as quais herdaram consigo valores considerados inerentes ao feminino: com uma presença feminina mais expressiva nas esferas de poder, haveria o abrandamento do caráter agressivo da atividade política, que é visto como sendo inerentemente masculino. As mulheres trariam para a política uma valorização da solidariedade e da compaixão, além da busca genuína pela paz; áreas hoje desprezadas nos embates políticos, como amparo social, saúde, educação ou meio ambiente, ganhariam atenção renovada. (p. 259)

Eu acho que tem tudo a ver com a nossa cultura né, com a nossa história onde os homens sempre esteve a frente desses espaços, de espaços políticos né, de economia, de gestão, foram muito ocupados historicamente pelo homem. Presidente mulher a gente teve recentemente, então primeiro eu faço uma relação disso, desses espaços da Câmara ter mais homens ou desses espaços serem mais ocupados por homens e nos conselhos ser mais por mulheres, porque historicamente foi construído dessa forma e para a gente tá desconstruindo vem de um processo de desconstrução desse conceito ou dessa forma de agir ou de participação, ele vem sendo desconstruído acho que o grande exemplo disso foi com a presidenta Dilma que infelizmente deu no que deu, mas eu atribuo muito a nossa história, à questão da nossa cultura, a cultura machista, a cultura machista ela pra mim é emblemática para esse caso, mas estamos abrindo espaços (Maria de Lourdes).

Maria de Lourdes em sua resposta retrata uma dualidade nos setores públicos, cunhada na disparidade de acesso do homem e da mulher a cargos político-organizativos do setor público. A entrevistada salienta que por conta de um processo histórico, os homens sempre estiveram à frente dos espaços políticos de economia, de gestão, etc. Devido a isso que instituições públicas mais tradicionais foram estruturalmente pensadas e criadas por homens e para homens, e dentro desse recorte, por vezes, ainda existe um perfil exato de homens que possuem o credenciamento “natural” para seus acessos. É sabido que em Maracanaú há apenas três mulheres em cargos do legislativo³. Em dias de negação de direitos e encolhimento de investimentos nas áreas sociais, entre elas a educação, faz-se ainda mais necessário o movimento de sensibilização e socialização de informações que empoderem e fortaleçam as mulheres, em toda sua pluralidade e dinamicidade. Não precisamos regredir. O horizonte da igualdade e, sobretudo da equidade entre os gêneros foi, e continua a ser o alvo maior.

CONCLUSÃO

Pensar uma sociedade baseada nos pilares da igualdade e equidade social para todas as pessoas ainda é pensar utopicamente. A igualdade entre os gêneros ainda não se faz realidade em todos os setores da sociedade, na verdade, ainda não se faz realidade em quase nenhuma instituição social. A igualdade entre homens e mulheres ultrapassa a mera equiparação entre os gêneros, uma vez que, as estruturas basilares da sociedade brasileira estão fundamentadas por séculos na diferenciação entre esses sujeitos, ou seja, ignorar a complexidade do tema é o mesmo que anular a historicidade por trás da realidade empírica que se coloca.

O espaço público ainda configura um grande desafio para as mulheres, pois possuindo um cariz conservador e, por vezes, intransigente suas instituições não demonstram interesse

³ Segundo o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) a população eleitoral feminina de Maracanaú nas eleições municipais de 2016, constituem 75.324 mulheres ao passo que os homens caracterizam 62.708 votantes. Dos 21 vereadores/as eleitos no município, apenas três são mulheres. (83) 3322.3222

na equidade de gênero, ou seja, adaptarem-se às particularidades e realidades das mulheres como via de acessibilidade e receptividade a esse segmento.

É recorrente nas falas das interlocutoras da pesquisa argumentar sobre essa realidade, colocam que nos espaços dos Conselhos municipais conseguem observar um numeroso quantitativo de mulheres ultrapassando a quantidade de homens em termos de participação, porém em contrapartida, nos cargos eletivos do município a presença de mulheres é extremamente escassa.

Garantir os direitos políticos sem possibilitar meios de participação ativa e permanente dessas mulheres a todos e quaisquer espaços de participação política e interventiva, configura apenas uma mera maquiagem da realidade que segrega e hierarquiza as relações. Condicionar um percentual de participação feminina nas candidaturas a cargos eletivos, mas não investir em suas campanhas eleitorais e nem viabilizar recursos e estratégias que tornem a competição eleitoral mais equitativa e justa, não efetiva uma verdadeira igualdade de acesso e permanência dessas mulheres a tais espaços. Da mesma forma, perpetuar a ideia de que espaços políticos específicos são direcionados às mulheres devido às formas de atuação e seu cariz ontológico as limita nos afazeres políticos dos negócios públicos e, conseqüentemente, perpetua e fortalece a concepção de que à figura da mulher é inerente o trato do cuidado e do servir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. MIGUEL, Luís Felipe. & BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.
2. ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php Acesso em 23 NOV. 2016.
3. RUBIN, G. **O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo**. Recife, Ed. S.O.S Corpo, Março, 1993.
4. SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Gender and politics of history. New York. Columbia University Press, 1989.
5. CARLOTO, C. **O conceito de gênero e sua importância para análise das relações sociais**. Serviço Social em revista. Londrina, vol. 3, n.2, p. 201-213. jan/jun. 2001
6. Mesquita, A, P; Monteiro, M, O. **O ARQUÉTIPO VIRIL E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: Alguns desafios para o serviço social**. Disponível em: < <http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/viewFile/313/184>> Acesso em 13 jun 2017.
7. MARTINELLI, M. **Serviço Social: identidade e alienação**. 15 ed. São Paulo, Cortez, 2010.
8. BARROCO, M. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 8 ed. São Paulo, Cortez, 2010.

9. RUSSO, G; CISNE, M; BRETTAS, T. **Questão Social e Mediação de Gênero: a marca feminina na Assistência Social.** SER Social, Brasília, vol.10, n.22, jan-jun .2008, p 129-159.
10. LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; ALMEIDA, Carla Cecília Rodrigues. A representação política das mulheres nos Conselhos Gestores de políticas públicas. Katál. Florianópolis. 86-94, P jan./jun. 2010
11. IPEA. **O Conselho Nacional de Assistência Social na visão de seus Conselheiros.** Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/relatoriosconselhos/120829_relatorio_assistencia_social.pdf>. Acesso em 04 jun de 2016.
12. LÜCHMANN, H; ALMEIDA, C. **Mulheres na política:** a presença feminina nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas. Revista voto feminino em Santa Catarina, vol.2, março. 2015. p 6-10.
13. LÜCHMANN, H; ALMEIDA, C; GIMENES, É. **Gênero e representação política nos conselhos gestores do brasil.** Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 59, n.3, 2016, p. 789-822.
14. MIGUEL, L. **Política de interesses e política do desvelo:** representação e “singularidade feminina”. Estudos feministas. [S.l]. [S.n] 2001
15. IPECE. **Perfil básico municipal 2016 Maracanaú.** Disponível em <http://www.ipece.ce.gov.br/perfil_basico_municipal/2016/Maracanau.pdf> Acesso em 13 jun 2017.